

DIOGENES NIELSEN JÚNIOR
ORGANIZADOR

FABIO PAULO REIS DE SANTANA
LICÍNIA ROSSI
COORDENADORES

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

DIRETRIZES E APLICABILIDADE
NO DIREITO

Londrina/PR
2022


THOTH
E D I T O R A

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Princípios Constitucionais: Diretrizes e aplicabilidade no Direito/
Organizador: Diogenes Nielsen Júnior.
Coordenadores: Fabio Paulo Reis de
Santana, Lucínia Rossi - Londrina, PR
Thoth, 2022.

302 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-406-1

1. Constituição. 2. Princípios Constitucionais.
3. Direito. I Nielsen Júnior, Diogenes.

CDD 341.2

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: o organizador

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional: 341.2

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Anick
Pissinatti • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Junior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Câmara Junior • Prof. Esp. Marcelo Pichotella
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cassia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADOR	7
COORDENADORES	9
AUTORES	11
APRESENTAÇÃO	23
PREFÁCIO	25

PARTE I

Direito Administrativo	35
------------------------------	----

CAPÍTULO 1

Fabio Paulo Reis de Santana

Felipe Gonçalves Fernandes

REFLEXÕES SOBRE O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA À LUZ DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	37
--	----

Introdução	37
------------------	----

1 Contexto histórico e impactos no ordenamento jurídico brasileiro	38
--	----

2 Eficiência, economicidade e princípio fundamental à boa administração	40
---	----

2.1 Conteúdo Jurídico do Princípio da Eficiência	41
--	----

2.2 Princípio da Economicidade	43
--------------------------------------	----

2.3 Princípio Fundamental à Boa Administração	44
---	----

2.4 A Reforma de Estado	47
-------------------------------	----

2.4.1 A Incerteza das Premissas e a Segunda Lei da Ponderação	48
---	----

2.4.2 Burocracia Racional	50
---------------------------------	----

Considerações finais	52
----------------------------	----

Referências	53
-------------------	----

CAPÍTULO 2

Márcia Walquiria Batista dos Santos

João Eduardo Lopes Queiroz

A EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA SUPREMACIA E DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO NO CONTEXTO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Introdução.....56

1 Origem do Direito Administrativo56

2 Princípio da legalidade e sua evolução.....59

3 Interesse público: a supremacia e a indisponibilidade63

4 O atual direito administrativo66

Considerações finais68

Referências69

PARTE II

Direito Econômico.....71

CAPÍTULO 3

Ana Cláudia Consani de Moraes

OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LIVRE INICIATIVA E DA LIVRE CONCORRÊNCIA E A PRIVACIDADE DOS DADOS DIGITAIS.73

Introdução.....73

1 Constituição Econômica.....74

2 A Livre Iniciativa como um dos fundamentos da República.....77

3 A tutela da Livre Concorrência na Constituição de 1988.....78

4 Livre Concorrência e Privacidade de dados digitais80

5 Questões a serem enfrentadas pelo Direito da Concorrência no mercado de dados digitais.....82

Considerações Finais86

Referências87

CAPÍTULO 4

Diogenes Nielsen Júnior

PRINCÍPIO DA VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA89

Introdução.....89

1 Conceito jurídico de empresa recuperável.....90

2 Princípio da viabilidade econômica e financeira94

3 Função Social na Jurisprudência brasileira.....100

Considerações finais103

Referências104

CAPÍTULO 5

Marcello Antonio Fiore

PRINCÍPIO ECONÔMICO DA PROTEÇÃO AO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL	105
Introdução.....	105
1 Da filosofia para a constituição	106
2 A regulamentação pela lei de Liberdade Econômica	110
3 A teoria do <i>reste à vivre</i>	112
4 Estado de bem-estar social.....	114
Considerações finais	116
Referências	117

PARTE III

Direito Tributário, Internacional e Eleitoral	119
---	-----

CAPÍTULO 6

Fernanda Gomes de Oliveira Motta

O PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	121
Introdução	121
1 Princípio da Legalidade	122
2 Princípio da Isonomia	124
3 Princípio da Capacidade Contributiva	124
Considerações finais	127
Referências	127

CAPÍTULO 7

Raphael Molina

ENTENDENDO-SE POR DENTRO, PROJETANDO-SE PARA FORA - O RUMO AO ARTIGO 4º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	129
Introdução.....	129
1 Constituições Anteriores	130
1.1 Constituição de 1824.....	130
1.2 Constituição de 1891	131
1.3 Constituição de 1934.....	132
1.4 Constituição de 1937	133
1.5 Constituição de 1946.....	134
1.6 Constituição de 1967	135
1.7 Constituição de 1969.....	137

2 A Constituição de 1988.....	138
3 Princípios regentes das relações internacionais à República Federativa do Brasil.....	141
Considerações finais	144
Referências	145

CAPÍTULO 8

Reinaldo Roberto Ghesso

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ELEITORAIS.....	147
Introdução.....	147
1 Princípio da Lisura das Eleições ou da legitimidade	149
2 Princípio da Anualidade.....	152
Considerações finais	158
Referências	158

PARTE IV

Federação e Direitos Sociais.....	161
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO 9

Fábio Franco Pereira

DIREITO À SEGURANÇA, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA.....	163
Introdução	163
2 Direito à segurança nas constituições do Brasil.....	170
Considerações finais	174
Referências	175

CAPÍTULO 10

Augusto César Monteiro Filho

Gabriel Pinho Brochado

OSUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO GARANTE DA SEGURANÇA JURÍDICA	177
Introdução.....	177
1 Breves apontamentos sobre a segurança jurídica.....	180
2 A supremacia da Constituição	181
3 Do teor da “péc do equilíbrio entre os poderes” que visa alterar o art. 49 da constituição federal.....	185
Considerações finais	187
Referências	188

CAPÍTULO 11

Dione Almeida Santos

A REPARAÇÃO DE DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB O ENFOQUE DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

Introdução.....	191
1 Princípios jurídicos	192
2 Princípio da dignidade da pessoa humana	192
3 Princípio da igualdade	194
4 Princípio da não discriminação.....	197
5 Princípio da justiça social	198
6 Princípio da proibição do retrocesso social.....	200
Considerações finais	202
Referências	202

CAPÍTULO 12

José Luiz Souza De Moraes

O PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO. A MISSÃO CONSTITUCIONAL E A IMPOSSIBILIDADE DE TRAIÇÃO DOS VALORES PROTEGIDOS PELO CONSTITUINTE ORIGINÁRIO.

Introdução.....	205
1 A origem histórica do Princípio <i>L'Effet Cliquet</i>	207
2 A aplicação do princípio do não retrocesso no Brasil.....	208
3 Núcleo constitucional intangível como fundamento de aplicação do não retrocesso	212
Considerações finais	215
Referências	216

CAPÍTULO 13

Marco Antonio Hatem Beneton

NOVAS ABORDAGENS SOBRE O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL FEDERATIVO: A QUESTÃO DA AUTONOMIA MILITAR DOS ESTADOS-MEMBROS.

Introdução.....	219
1 O Estado Federal e suas características mais importantes, dentre elas, a autonomia.....	222
2 A visão do STF a respeito da autonomia militar dos Estados-membros.....	228
Considerações finais	232
Referências	233

CAPÍTULO 14

Priscila Lima Aguiar Fernandes

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA, PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E TECNOLOGIA	235
Introdução.....	235
1 Considerações sobre o poder judiciário	236
2 Justiça e eficiência no poder judiciário	237
3 Justiça e tecnologia	243
3.1 A inevitável associação da tecnologia com a prestação jurisdicional.....	243
3.2 A pandemia da covid-19 e a tecnologia como instrumento central da prestação jurisdicional.....	245
Considerações finais	247
Referências	248

CAPÍTULO 15

Carmela Dell'Isola

Maria Cristina Teixeira

A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA COMO ELEMENTOS CONCRETIZADORES DO PRINCÍPIO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	251
INTRODUÇÃO	251
1 O direito à educação.....	252
2 A cidadania na constituição de 1988.....	257
3 O princípio do estado democrático de direito na Constituição de 1988	258
4 A pessoa idosa na legislação brasileira.....	261
Considerações finais	264
Referências	265

CAPÍTULO 16

Clarissa Marcondes Macéa

O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DA SAÚDE PÚBLICA E SUA CONCRETIZAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	267
Introdução.....	267
1 Princípio da universalidade: Previsões normativas.....	269
2 Desafios para a implementação do princípio: judicialização.....	270
3 Análise de casos	272
Considerações finais	278
Referências	278

CAPÍTULO 17

Silvio Gabriel Serrano Nunes

Julio De Souza Comparini

O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: A PONDERAÇÃO ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL..... 279

Introdução..... 280

1 O direito constitucional à saúde 280

2 O mínimo existencial 281

3 A reserva do possível 284

Considerações finais 286

Referências 288

CAPÍTULO 18

Josafá Marques Da Silva Ramos

O PRINCÍPIO DA LIBERDADE RELIGIOSA: UM PANORAMA DE SUA ABRANGÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL..... 291

Introdução..... 291

1 Preâmbulo na Constituição Federal..... 292

2 Laicidade da República Federativa do Brasil 293

3 Liberdade de Crença e Escusa de Consciência 294

4 Liberdade de Culto 296

4.1 Assistência religiosa 297

4.2 Ensino religioso 298

4.3 Casamento religioso com efeito civil..... 299

5 Liberdade de Organização Religiosa..... 299

5.1 Imunidade tributária dos templos religiosos 299

Consideração finais 300

Referências 301